

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Economia da Cultura: uma análise acerca de seu efeito no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 90.

Marcos Vinícius Abreu Queiroz – RA00306199

São Paulo

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Economia da Cultura: uma análise acerca de seu efeito no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 90.

Marcos Vinícius Abreu Queiroz – RA00306199

São Paulo

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Economia da Cultura: uma análise acerca de seu efeito no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 90.

Marcos Vinícius Abreu Queiroz – RA00306199

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Gilson de Lima Garófalo.

São Paulo

2025

QUEIROZ, Marcos

Economia da Cultura: uma análise acerca de seu efeito no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 90.. – São Paulo, 2025

Monografia (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) – PUC – SP, 2025

Orientador: Prof. Dr. Gilson de Lima Garófalo

1. PALAVRAS CHAVE: Economia da Cultura, Indústrias Criativas, Desenvolvimento Econômico, Políticas Públicas, Brasil, Pandemia.

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final de _____ (_____)

Orientador: Prof. Dr. Gilson de Lima Garófalo

Autorizo a disponibilização desta monografia para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre os direitos autorais.

São Paulo, ____ de maio de 2025. Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

*Dedico esta monografia a todos que me ajudaram
a colher as pedras no meio do caminho: minha
família e amigos. O apoio de cada um de vocês me
faz diariamente mais forte.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Luzia, por me inspirar e ser uma força na minha vida. Agradeço minha irmã Emily por me incentivar e sempre me lembrar que sou capaz e competente.

Reconheço também ao meu pai, Marcos, por sempre mandar energias positivas e acreditar em mim. Agradeço as palavras que me deram força durante essa difícil fase que é a graduação.

Fico enaltecido aos meus amigos por compartilharem histórias e conhecimento acerca da graduação, por me proporcionarem dicas e sempre me lembrarem que eu tenho pessoas especiais comigo, pessoas que eu sempre posso contar. Agradecimento especial a Ellen, por sempre me alegrar e me lembrar que nunca estarei sozinho.

Expresso também reconhecimento aos professores que me ensinaram com maestria durante minha graduação, em destaque para meu orientador, Professor Doutor Gilson de Lima Garófalo por ter paciência, dedicação e compreensão sempre com simpatia e bom humor, mesmo nos momentos mais conturbados. Sem dúvida o reflexo de um bom trabalho é também aquele de contar com um excelente orientador.

Por fim, não posso deixar de externar gratidão a mim próprio, que em meio a tantas dificuldades e obstáculos, executei o que foi preciso e o principal: sempre de forma precisa, firme e, acredito, integra em busca de significativos e positivos resultados ao longo desses quase 5 anos de graduação.

*Não sei quantas almas tenho. Cada
momento mudei. Continuamente
me estranho. Nunca me vi nem
acabei.*

*De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,*

*Quem sente não é quem é,
Atento ao que sou e vejo, Torno-
me eles e não eu. Cada meu
sonho ou desejo É do que nasce e
não meu. Sou minha própria
paisagem; Assisto à minha
passagem, Diverso, móbil e só,*

*Não sei sentir-me onde estou. Por
isso, alheio, vou lendo Como
páginas, meu ser.*

*O que segue não prevendo, O
que passou a esquecer. Noto à
margem do que li O que julguei
que senti.*

*Releio e digo: Fui eu? Deus
sabe, porque o escreveu.*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Economia da Cultura no contexto brasileiro: sua manifestação inicial até os dias atuais.	14
2. A Relação entre Cultura e Desenvolvimento Regional no Brasil	24
2.1 Desafios enfrentados pelo setor de Economia da Cultura durante a pandemia do COVID-19.	27
3. O Impacto das Políticas Culturais Descentralizadas no Desenvolvimento Econômico Brasileiro	29
Conclusão	34
Referências Bibliográficas.....	37

RESUMO

Esta monografia analisa o papel da Economia da Cultura no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 1990, destacando sua evolução histórica, importância estratégica e impacto nas políticas públicas. O estudo investiga como as indústrias criativas contribuíram para a geração de emprego, renda e inovação, especialmente em regiões fora dos grandes centros urbanos, e enfatiza a necessidade de políticas descentralizadas para impulsionar o setor. A pesquisa também aborda os desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19 e propõe o fortalecimento do setor cultural como pilar essencial para um desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e socialmente transformador no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Economia da Cultura, Indústrias Criativas, Desenvolvimento Econômico, Políticas Públicas, Brasil, Pandemia.

RESUMEN

Esta monografía analiza el papel de la Economía de la Cultura en el desarrollo económico de Brasil desde los años 1990, destacando su evolución histórica, importancia estratégica e impacto en las políticas públicas. El estudio investiga cómo las industrias creativas han contribuido a la generación de empleo, ingresos e innovación, especialmente en regiones alejadas de los grandes centros urbanos, y enfatiza la necesidad de políticas descentralizadas para impulsar el sector. La investigación también aborda los desafíos enfrentados durante la pandemia de COVID-19 y propone el fortalecimiento del sector cultural como un pilar esencial para un desarrollo económico sostenible, inclusivo y socialmente transformador en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Economía de la Cultura, Industrias Creativas, Desarrollo Económico, Políticas Públicas, Brasil, Pandemia.

ABSTRACT

This monograph examines the role of Cultural Economics in Brazil's economic development since the 1990s, highlighting its historical evolution, strategic importance, and impact on public policies. The study investigates how creative industries have contributed to job creation, income generation, and innovation, especially in regions beyond major urban centers, and emphasizes the need for decentralized policies to support the sector. The research also addresses the challenges faced during the COVID-19 pandemic and proposes strengthening the cultural sector as a key pillar for sustainable, inclusive, and socially transformative economic development in contemporary Brazil.

Keywords: Cultural Economics, Creative Industries, Economic Development, Public Policies, Brazil, Pandemic.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar uma pesquisa acadêmica, a delimitação do tema é um dos pontos essenciais para garantir a profundidade e o rigor do trabalho. Conforme afirmado por Severino (2007, p. 58), "a delimitação de um objeto de estudo é fundamental para que se possa realizar uma análise mais criteriosa e específica, evitando a dispersão e o superficialismo". Esse processo, que envolve tanto a definição do problema quanto o estabelecimento de fronteiras claras para a pesquisa, é um desafio contínuo ao longo de toda a investigação.

Gil (2010, p. 42) reforça essa ideia ao destacar que "um dos maiores problemas em trabalhos científicos é a tendência de tratar temas amplos e abrangentes, o que torna difícil alcançar conclusões sólidas e aplicáveis". Assim, a escolha do tema deve estar sempre vinculada a uma área de interesse pessoal e, ao mesmo tempo, a um campo de estudo bem definido. Isso permite que o pesquisador se mantenha motivado durante as diferentes fases do projeto, como sugerido por Lakatos e Marconi (2010, p. 134): "a afinidade do pesquisador com o tema escolhido é um fator determinante para a qualidade da pesquisa, visto que o processo investigativo exige dedicação prolongada".

A partir dessa perspectiva, a delimitação temática não só favorece um trabalho mais bem estruturado, como também permite que o pesquisador se aprofunde no campo teórico que lhe seja mais familiar e estimulante. Segundo Mattar (2005, p. 67), "a escolha do tema deve partir do equilíbrio entre os interesses pessoais e a relevância acadêmica do objeto de estudo, visando contribuir para o avanço do conhecimento científico". Dessa forma, o pesquisador é capaz de formular questões pertinentes e conduzir a investigação de maneira eficiente e focada.

Nesse sentido, o tema desta monografia, "Economia da Cultura: uma análise acerca de seu efeito no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 90", foi escolhido considerando a crescente relevância da cultura como vetor de desenvolvimento econômico. A partir dos anos 90, o Brasil passou a adotar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia da cultura, reconhecendo seu potencial para gerar emprego, renda e estimular a inovação, especialmente com o surgimento das indústrias criativas. A escolha deste tema reflete a necessidade de aprofundar a análise sobre o impacto dessas políticas no crescimento econômico, com ênfase no papel da cultura como uma ferramenta de desenvolvimento, não apenas nas grandes capitais, mas também em regiões menos favorecidas economicamente.

Dito isto, esta monografia tem como tema central a Economia Criativa e sua manifestação em uma sociedade, ao analisar impactos e feitos importantes que este conceito

pode ter em uma nação, além de explicitar desafios enfrentados e salientar sua importância socioeconômica em uma sociedade.

A partir do pós-guerra, a percepção do peso do setor cultural na economia das nações começou a ganhar destaque. Contudo, foi na década de 1970 que o interesse pelo segmento se aprofundou, mobilizando pesquisadores em diversas universidades. O enfoque na Economia da Cultura ampliou-se ainda mais na década de 1990, à medida que passou a ser reconhecida como um vetor crucial de desenvolvimento. Organismos internacionais de cooperação, como BID, PNUD, OEA e Unesco, gradualmente incorporaram questões relacionadas à Economia da Cultura em suas agendas de atuação.

Conforme o estudo divulgado em 2023 pelo Instituto Itaú Cultural, a indústria criativa no Brasil representa uma parcela significativa, contribuindo com 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse dado a coloca à frente da indústria automotiva, que registra 2,5%, embora fique atrás da indústria de construção, com 4,06%.

Diante desse cenário, torna-se primordial analisar o impacto e a relevância desse setor para o desenvolvimento econômico do Brasil, bem como considerar a implementação de políticas públicas que incentivem tanto o acesso da população quanto o investimento contínuo nessa indústria, visando seu estímulo e crescimento, ajudando o desenvolvimento econômico a prosperar também.

Outro aspecto de relevância para esta pesquisa aborda o impacto da pandemia no setor cultural e os desafios enfrentados durante esse período, que afetou a economia de maneira abrangente. Os trabalhadores do meio artístico sofreram significativos impactos negativos em razão das restrições impostas pela pandemia.

A ligação entre criatividade, cultura e negócios desencadeia um potencial transformador, dando origem a novos modelos de produção, consumo e interação social. Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo explorar o esqueleto da economia criativa, ao examinar suas dimensões, impactos e desafios, além disso, busca-se entender como esse fenômeno influencia e molda as dinâmicas econômicas contemporâneas.

Segundo David Throsby (2001), a economia da cultura é a análise das atividades econômicas ligadas à produção e consumo de produtos e serviços culturais, considerando não somente seu valor de mercado, mas também sua influência social e simbólica. Throsby ressalta a relevância multifacetada da cultura, funcionando como um impulsionador do progresso social

e da identidade. Ele enfatiza a importância de compreender as dinâmicas econômicas dos bens culturais para formular políticas públicas efetivas.

Segundo John Howkins (2007), as indústrias criativas englobam setores econômicos que se baseiam na utilização de criatividade e conhecimento em campos como mídia, design, música, audiovisual e tecnologia. Howkins concentra-se na conexão entre a criatividade e o desenvolvimento de novos produtos para o mercado, ressaltando a importância da inovação e da aplicação da tecnologia para a competitividade econômica dessas indústrias. Apesar de ambos os conceitos estarem ligados à cultura, a economia da cultura possui uma visão mais abrangente e focada no valor cultural e social, ao passo que as indústrias criativas focam na inovação e na comercialização em larga escala.

Esta monografia então, tem como objetivo central fornecer um panorama do termo aplicado no Brasil desde os anos 1990 até os dias atuais, ao passar por datas históricas e pontuais, como a criação do importante ministério da cultura, pandemia da corona vírus, essencial ao atrair maior atenção ao tema, e eventuais leis e projetos que serviram para a manutenção de um setor tão importante para a economia brasileira.

Portanto, é preciso entender que a Indústria Criativa no Brasil e no mundo é um pilar econômico extremamente forte e com um grande poder transformador. Se torna necessário maior atenção do governo para tal setor, com o objetivo fortalecê-lo e extrair todo o potencial que ele tem, tanto econômico como social.

Neste contexto, esta monografia aborda o tema referente à Economia da Cultura como Alternativa de Desenvolvimento e Perspectivas no Brasil, trazendo à tona um debate altamente relevante e atual, cujas implicações são amplamente reconhecidas. É inegável que, como será demonstrado ao longo do trabalho, a falta de investimentos e políticas adequadas para o setor cultural pode gerar grandes prejuízos econômicos e sociais, comprometendo a valorização e a sustentabilidade da produção cultural. Além disso, a ausência de uma gestão eficiente na economia criativa pode afetar negativamente a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico do país.

1. ECONOMIA DA CULTURA NO CONTEXTO BRASILEIRO: SUA MANIFESTAÇÃO INICIAL ATÉ OS DIAS ATUAIS.

Para explorar as discussões que compõem o campo da economia da cultura, é essencial fornecer uma breve definição do que é denominado como cultura. Por um lado, é crucial compreender a noção substantiva de cultura, e a antropologia oferece as bases para a concepção contemporânea. Assim, a cultura é tratada como uma construção coletiva de práticas, símbolos, valores e ideias que separam os seres humanos do que é considerado natural. Portanto, a cultura é vista como a expressão das comunidades de seus objetivos e valores no mundo, construídas por meio de narrativas e práticas do dia a dia, criando uma dinâmica entre as relações sociais (POZZER, 2017).

Quando se fala então de economia da cultura, o foco vai para a manifestação física dessa noção, não apenas por meio dos bens, produtos e serviços relacionados às produções artísticas, mas também através das experiências geradas, como museus, teatro, festas e outros patrimônios da cultura.

A relação entre criatividade e economia é uma conexão antiga. Ao examinar a dinâmica histórica e geográfica das estruturas, é possível afirmar que a atividade econômica está intrinsecamente ligada à criatividade.

Ainda em eras pré-industriais, a ligação entre economia e criatividade era evidente. No momento de desenvolvimento das técnicas de cultivo e agricultura, é possível identificar a acumulação e geração de excedentes, que, de acordo com Furtado (1978), essa prática inaugura um horizonte inédito de desafios para a criatividade humana, e abre caminho para o surgimento de elementos como a cidade e a escrita.

Em 1984, o economista austríaco Schumpeter abordou o tema ao interpretar o sistema capitalista que estava inserido, segundo ele a força primordial desse sistema econômico é a “criação destrutiva”, ou seja, uma revolução constante em seu esqueleto econômico que vai gerar novas formas de mercado, métodos de produção, organização etc.

O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria. (SCHUMPETER, 1984, p.112).

No início do século XX, os institucionalistas desempenharam um papel crucial ao introduzir na agenda de pesquisas em ciências sociais os aspectos culturais do desenvolvimento econômico, assim como a importância econômica das artes (BENHAMOU, 2007) e, no início dos anos 1960, surgiu a teoria da escolha racional, que procura analisar o comportamento dos indivíduos por meio de métodos empíricos. Essa teoria, cujo principal entusiasta foi Gary

Becker, parte da premissa de que os indivíduos agem em seu próprio interesse. A partir disso, analisou-se que o consumo que os indivíduos escolhem se dá por conta de interesses pessoais. E os bens culturais estão dentro deste pensamento, um indivíduo vai ao teatro ver uma peça porque aquilo é do seu interesse, o estilo da peça escolhida está dentro do que ele já consome e gosta

Dito isto, a economia da cultura passa a ser entendida dentro da economia aplicada a partir dos anos 1970, mas já em 1966 surgem os primeiros grandes estudos acerca do tema, sendo os mais importantes feitos por William Baumol e William Bowen, a partir dos espetáculos da Broadway, nos Estados Unidos, onde analisaram os ganhos deste setor em relação aos outros da economia (BAUMOL, BOWEN, 1966).

Com isso, até os dias atuais o conceito de economia da cultura vem sendo aprofundado e estudado ao redor do mundo e seus efeitos no desenvolvimento econômico de um país ficam cada vez mais claros. Além da análise feita por cima, temas como demanda, elasticidade, precificação de produtos do setor cultural, serviços de arte, estrutura, custos, regulamentação, finanças e tributos são ramificações do assunto analisadas a fim de um maior entendimento do tema e de seu real impacto no desenvolvimento da economia como um todo.

A classificação das indústrias criativas como um setor específico da economia decorre do manifesto pré-eleitoral de 1997 do New Labour, o novo partido trabalhista inglês. Isso se deu em reconhecimento à necessidade de políticas públicas específicas para este setor, dada a sua notável taxa de crescimento (BRITISH COUNCIL, 2005a).

[...] as indústrias criativas são aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio. (BRITISH COUNCIL, 2005a, p.5)

A inclusão da economia da cultura na pauta pública está ligada às mudanças no molde do Estado, isso inclui as variações nos modelos de Estado de bem-estar social, bem como nos modelos liberais ou neoliberais. Assim, as produções artísticas e culturais ganharam mais atenção, graças ao desenvolvimento do setor de comunicação, ao longo do século XX o setor cultural foi se desenvolvendo e tendo mais enfoque na sua manutenção e crescimento, com ministérios da Cultura, secretarias, departamentos etc. Com as crises fiscais nos anos 1970, gastos públicos viraram novamente pauta de discussões, ao trazer o debate acerca também das políticas públicas, e consequentemente, políticas culturais (BRESSER-PEREIRA, 2022).

No âmbito acadêmico, o conceito de economia da cultura é estudado de forma séria e profunda somente em 2002, em um evento sediado em Brisbane, na Austrália, denominado *New Economy, Creativity and Consumption Symposium*, estudiosos e pesquisadores associados à recém-criada *Creative Industries Faculty* da *Queensland University of Technology*, à *London School of Economics*, ao *Massachusetts Institute of Technology* e à *New York University* se reuniram. O objetivo central desse encontro foi avançar coletivamente na reflexão sobre o significado e os impactos sociais e culturais da economia criativa, contribuindo para a formulação de uma agenda dedicada a essa temática.

O termo “economia criativa” caminha pelo mundo e seus efeitos são estudados por economistas e entusiastas da área, a expressão têm se difundido para outros universos linguísticos. Além do Reino Unido, por exemplo, os termos “indústrias criativas” e “economia criativa” são amplamente utilizados no Extremo Oriente, especialmente em Hong Kong, Cingapura, Coreia, China e, mais recentemente, na Índia. Essas expressões ganham cada vez mais notoriedade na Austrália, Nova Zelândia e, de maneira crescente, na Europa.

Portanto, o surgimento do termo é alvo de discussões até os dias atuais. Alguns estudiosos dizem que o termo surgiu primeiro em 1994, na Austrália, outros dizem que seu aparecimento se deu na matéria publicada pela *The Economist*, em 2000.

No território brasileiro, a discussão sobre o assunto ganhou grande força com a realização da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2004 na cidade de São Paulo. Assim, no ano seguinte, é instalado na Bahia o Centro Internacional das Indústrias Criativas. Em 2007, o Brasil autenticou a “Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais” – elaborada na 33ª reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris, 2005 (MACHADO, 2009).

Deste modo, com tais eventos que marcam a participação do Brasil no diálogo global sobre a cultura, os termos “indústria criativa” e “economia da cultura” foram gradualmente incorporados, tornando-se cada vez mais frequentes no vocabulário daqueles que estão diretamente envolvidos ou associados às atividades culturais no Brasil.

A instituição do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, sob o governo de José Sarney, estabeleceu um marco significativo na história da política cultural brasileira. Antes de sua criação, a gestão cultural no país era caracterizada por uma fragmentação institucional, carecendo de uma coordenação centralizada. O estabelecimento do MinC consolidou uma

abordagem mais integrada e sistematizada para o desenvolvimento cultural, unificando as políticas, programas e recursos relacionados à cultura sob uma única autoridade. Desde então, o MinC tem desempenhado um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas culturais, na promoção da diversidade cultural e na valorização do patrimônio cultural brasileiro, permanecendo como uma peça fundamental para o fortalecimento e promoção da cultura no país.

Entretanto, apenas com a ascensão da esquerda ao poder, especificamente em 2003, representada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é que a cultura foi reconhecida como um elemento crucial para o desenvolvimento nacional. Foi então que houve uma retomada do Ministério da Cultura (MinC) com o propósito de atribuir-lhe a responsabilidade pela formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas culturais, restaurando, dessa maneira, a atuação do Estado nesse âmbito.

Além disso, aqui é resgatada a concepção antropológica da cultura, considerando suas diversas dimensões, ao reconhecer sua potencialidade de desenvolvimento econômico, o que permitiu uma maior valorização de diferentes grupos sociais e minorias. Tal abordagem criou um ambiente propício para a proposição de uma política nacional que reconhece a produção cultural como um ativo tanto econômico quanto simbólico, capaz de impulsionar o desenvolvimento local.

É inquestionável que o Brasil tem uma cultura exuberante, rica em diversidade, história e criatividade. É uma cultura repleta de identidade e beleza. A cultura brasileira emerge como um potencial catalisador para o desenvolvimento de suas riquezas. Nas palavras de Celso Furtado, "a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções de desenvolvimento" (FURTADO, 2012, p. 34).

A partir de 2005, teve início o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC) por meio de extensos debates governamentais com a participação ativa da sociedade civil. O propósito era estabelecer metas e diretrizes que abordassem a preservação da rica diversidade cultural brasileira por meio da definição de ações públicas no campo da cultura. Em dezembro de 2010, o PNC foi aprovado como lei, situando a cultura não apenas no âmbito do governo federal, mas também inserindo-a na agenda de estados, municípios e da sociedade civil como um todo. Isso permitiu a colaboração entre agentes públicos e privados para a implementação das proposições delineadas no plano.

Com isso, em 2011, por meio do Ministério da Cultura, na época liderado pela ministra Ana de Hollanda durante a gestão da presidente Dilma Rousseff (PT), foi criada a Secretaria de Economia Criativa (SEC), cujo objetivo central era elaborar estratégias para a implementação e fortalecimento do setor no Brasil. A SEC tinha como missão “a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para um novo desenvolvimento fundado na inclusão social, na sustentabilidade, na inovação e, especialmente, na diversidade cultural brasileira” (MinC, 2011, p. 1).

Até os dias de hoje, esse marco permanece como o ponto central na iniciativa de formular políticas direcionadas à economia criativa no cenário brasileiro. Assim, juntamente com o PNC, foram componentes essenciais para o desenvolvimento econômico brasileiro. (SOUZA, 2021).

A Secretaria da Economia Criativa no Ministério da Cultura, a partir do modelo proposto pela UNCTAD, que organiza as atividades criativas em quatro eixos principais (Patrimônio, Artes, Mídias e Criações Funcionais), para delinear a abrangência dos setores criativos brasileiros. Assim, estabeleceu uma categorização de cinco principais áreas culturais que englobariam os setores e cadeias criativas nacionais mais relevantes no cenário brasileiro. Essas categorias são:

- Patrimônio (materiais e imateriais, museus e arquivos);
- Expressões culturais (artesanato, artes visuais, culturas afro, indígena e populares);
- Artes e espetáculo (dança, música, circo e teatro);
- Audiovisual, livro e literatura (cinema e vídeo e publicações);
- Criações funcionais (moda, arquitetura, design e arte digital).

No âmbito do Plano da Secretaria da Economia Criativa (SEC), lançado em 2011 pelo Ministério da Cultura, torna-se claro que uma das principais iniciativas para impulsionar o desenvolvimento da economia criativa está ligada à interação com o território por meio da estratégia denominada “territórios criativos.” Formalizada a partir da criação da SEC, essa abordagem tem como objetivo fomentar o desenvolvimento cultural, criativo e turístico em regiões específicas, valorizando as identidades locais e promovendo a inclusão social e a inovação. Inspirada em práticas implementadas em outros países, a estratégia procura, desde o início, alinhar as particularidades culturais regionais às novas tendências de mercado, ao

estabelecer núcleos econômicos que se apropriem da autenticidade local ao mesmo tempo que se ligam às dinâmicas mundiais.

A estratégia "territórios criativos" proposta pela SEC é a abordagem para identificar os territórios que compõem a "Rede de Cidades Criativas". Assim, o critério de seleção seria baseado na identificação de localidades com potencial para serem consideradas criativas, visando potencializar a geração de trabalho, emprego e renda.

A Secretaria de Economia Criativa (SEC) enfrentou desafios durante o período turbulento no Ministério da Cultura de 2011 a 2015. Com as transições nas gestões, começando com Ana de Holanda, que a estabeleceu em 2011, a secretaria perdeu influência na gestão subsequente de Marta Suplicy (2012-2014). Marta Suplicy, que não mantinha um diálogo robusto com a SEC, concentrou-se no desenvolvimento da política cultural assistencialista do Vale-Cultura. Posteriormente, durante a gestão de Juca Ferreira em 2015, a SEC foi extinta de dentro da estrutura do Ministério da Cultura.

Dessa forma, o período de 2011 a 2014, e especialmente a proposta do Plano Brasil Criativo, representam os principais legados brasileiros em termos de uma tentativa de estruturação de uma política nacional de desenvolvimento econômico por meio da economia criativa. Nos anos que se seguiram ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, o setor cultural no Brasil tem enfrentado severos ataques e retaliações.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo presidente Jair Bolsonaro foi a exclusão do Ministério da Cultura (MinC), rebaixando-o a uma secretaria especial no âmbito do Ministério da Cidadania, para posteriormente ser transferido para o Ministério do Turismo. Desde então, a secretaria tem desempenhado um papel secundário nas estratégias do governo do presidente e é alvo de ataques significativos por parte dele. Essa situação evidencia uma falta de interesse no desenvolvimento de políticas no âmbito da cultura e da economia criativa, convertidas em meros indicadores econômicos e estratégias desprovidas de um princípio de desenvolvimento.

Tal tratamento com este setor mostra o quão negligenciado e subestimado ele é, já que em 2007, o Valor Bruto da Produção (VBP) no setor cultural foi de cerca de 88 bilhões de reais, representando 3,84% do total do VBP no Brasil. Em contrapartida, em 2017, esse valor alcançou 199 bilhões de reais, mantendo estável sua participação em 3,89% do VBP brasileiro. No segmento das atividades artísticas, criativas e de espetáculos, que compreendem aquelas consumidas fora do domicílio, o VBP atingiu 1,7 bilhões de reais (0,07% do Valor Bruto Total)

em 2007. Contudo, em 2017, embora tenha alcançado 3,1 bilhões, houve uma redução na participação no VBP, ficando em 0,06%.

Portanto, é possível analisar que o Brasil, com sua vasta riqueza em termos de diversidade cultural e potencial criativo da população, poderia posicionar a economia criativa como um setor robusto a ser desenvolvido, explorado, implementado e incentivado pelo governo, setor privado e sociedade civil, assumindo um papel crucial na competitividade de nossa indústria.

O documento intitulado "Visão 2035: Brasil, país desenvolvido – Agendas setoriais para alcance da meta," elaborado pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), tem como um de seus objetivos estabelecer uma agenda de desenvolvimento para o período de 2018 a 2035. Assim, é destacado a economia criativa como um dos setores promissores para o crescimento econômico brasileiro.

A tendência futura é de que o crescimento da indústria criativa permaneça acima do crescimento mundial, e o Brasil demonstra potencial ainda maior de crescer, o que reflete a dimensão do mercado doméstico, a criatividade para geração de novos produtos, conteúdos e serviços e a notória riqueza cultural brasileira, um dos mais importantes insumos de nossos produtos e serviços. No Brasil, as indústrias criativas e culturais também demonstram participação relevante na economia. O estudo mais conhecido sobre o tema, que chegou à quinta edição, é publicado periodicamente pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2016). Segundo estimativas do estudo, as indústrias criativas e culturais do Brasil foram responsáveis por gerar R\$ 155,6 bilhões em 2015, o que representou 2,64% do PIB brasileiro naquele ano. No mesmo ano, essas indústrias empregaram 851,2 mil pessoas, ou 1,8% do total de empregos formais no Brasil. A perspectiva de crescimento das indústrias criativas no Brasil é superior à média mundial. (PUGA E CASTRO, 2018 pp. 262-263)

Conforme apontado no relatório *Creative economy outlook: trends in international trade in creative industries 2002–2015. Country profiles: 2005–2014* (UNCTAD, 2018),

[...] As exportações de serviços criativos do Brasil somaram US\$1.808 milhões em 2014, lideradas por pesquisa e desenvolvimento com US\$525,1 milhões; serviços de informática com US\$946,9 milhões; audiovisual e serviços relacionados com US\$265,4 milhões; e serviços de informação com US\$71,3 milhões (UNCTAD, 2018, p. 98).

Segundo o estudo realizado pela Pricewaterhouse Coopers (PWC, 2017), os segmentos de entretenimento e mídia da economia criativa, no Brasil, tendem a crescer de forma mais rápida em relação a outros países, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) para os setores brasileiros é de 4,6% durante o período de 2016 a 2021. Em contrapartida, para o restante do mundo, esse crescimento atinge 4,2% (PUGA, 2018).

Dessa forma, seria viável estimular práticas voltadas ao desenvolvimento criativo, promover melhorias inovadoras e culturais para a população, alcançar não apenas o fortalecimento econômico, mas também o desenvolvimento intelectual e a qualidade de vida. Em meio a períodos desafiadores no campo da cultura, essa perspectiva de fortalecimento do setor criativo no Brasil parece distante, colocando o país atrás na busca por um desenvolvimento social inclusivo e promissor.

Uma maneira de descrever os efeitos de um impacto econômico é através do uso da técnica de insumo-produto. Nessa abordagem, a economia é considerada como um sistema integrado, onde as relações entre setores e as complementaridades entre os agentes econômicos (produtores, fornecedores de fatores produtivos e demandantes) são explicitadas através dos fluxos de produção, vendas, compras e remunerações.

No contexto da indústria criativa, os indicadores de insumo-produto, como multiplicadores de produção, renda do trabalho, valor adicionado e emprego, evidenciam as conexões dessa atividade com os demais setores, destacando suas interdependências. Isso ressalta a importância desse setor na geração de produção, emprego e renda na economia como um todo.

O PIB da Economia Criativa (Ecic) atingiu uma participação de 3,11% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020, mantendo uma média de aproximadamente 2,63% entre os anos de 2012 e 2020. Isso evidencia que os setores cultural e criativo desempenham um papel significativo na atividade econômica e social do Brasil. O estudo também revela que, entre os componentes do PIB da Ecic em 2020, a massa de lucros foi o de maior contribuição, representando 2,04% do PIB nacional, seguida pela massa salarial, com 0,2%. Outros componentes incluem impostos, royalties digitais e a Lei Rouanet (ITÁU CULTURAL, 2023).

O Produto Interno Bruto (PIB) da economia da cultura e das indústrias criativas superou, por exemplo, o índice da indústria automobilística, que registrou um valor de 2,1% no mesmo período. Além disso, o levantamento indica que, em 2022, o setor gerou 308,7 mil novos postos de trabalho em comparação com 2021. O total de empregos, entre formais e informais, atingiu a marca de 7,4 milhões no país, equivalendo a 7% do total de trabalhadores na economia brasileira. Em 2020, mais de 130 mil empresas atuavam no segmento de cultura e indústrias criativas no Brasil, sendo responsáveis por 2,4% das exportações líquidas nacionais (BRASIL, 2023).

A Economia da Cultura possui uma série de características que a elevam ao status de setor estratégico nas agendas de modernização e desenvolvimento econômico de um país:

- Geração de produtos com alto valor agregado, cujo preço de venda é em grande parte determinado pelo criador.
- Alta empregabilidade e diversidade de empregos em todos os níveis, com remuneração acima da média em comparação com outros setores.
- Baixo impacto ambiental.
- Impacto positivo em outros segmentos da economia, como na relação direta entre a produção cultural e a fabricação e venda de dispositivos eletrônicos (TV, som, computadores etc.) que dependem da veiculação de conteúdo.
- Externalidades sociais e políticas fortes. Bens e serviços culturais carregam informações, universos simbólicos, modos de vida e identidades, resultando em efeitos que abrangem entretenimento, informação, educação e comportamento. Assim, a exportação de bens e serviços culturais impacta a imagem do país e sua inserção internacional.
- Vínculo entre o desenvolvimento econômico desse setor e o desenvolvimento social, seja por seu potencial inclusivo ou pelo desenvolvimento humano ligado à produção de cultura.
- Capacidade de facilitar a inserção qualificada dos países no processo de globalização.

Portanto, a economia da cultura se revela como um componente essencial, exercendo impactos significativos no desenvolvimento econômico do Brasil. Seu potencial, evidenciado pelo crescimento expressivo e pela contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB), destaca a necessidade de políticas públicas que reconheçam e ajudem esse setor.

O apoio estatal ao patrimônio cultural, é fundamental, considerando seu papel como parte integrante da memória e identidade. Além disso, é responsabilidade do Estado garantir infraestruturas para os processos criativos. Assim, surge a questão sobre se o Estado deve fornecer diretamente a criação artística meios para a realização de eventos culturais e manifestações artísticas deste meio. Nesse contexto, a intermediação por meio de organismos independentes surge como uma solução viável para o financiamento público aos criadores.

De acordo com os dados apresentados e os critérios mencionados, a contribuição da economia criativa para o PIB brasileiro varia entre 1,2% e 2%. Ao comparar essa proporção com a observada em outros países, nota-se que o Brasil está consideravelmente aquém de

nações em que a economia criativa desempenha um papel mais expressivo, como a França e o Reino Unido, onde esse setor representa 5,9% e 7% do PIB, respectivamente. Isso evidencia que o país ainda possui uma baixa "intensidade criativa", embora existam áreas com potencial significativo para aumentar essa participação, conforme apontam estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013).

Em 2024, o Ministério da Cultura divulgou a Instrução Normativa Nº 13, que expande as opções de financiamento da Lei Rouanet para a promoção de territórios criativos. O objetivo da ação é impulsionar a economia criativa em regiões, estados e municípios, disponibilizando recursos para a organização e planejamento de ecossistemas culturais locais, incluindo formação profissional, estabelecimento de negócios inovadores e conservação de espaços culturais. Esta ação demonstra o empenho do governo em unir a cultura ao progresso econômico, expandindo a descentralização das políticas culturais no Brasil (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2024).

Logo, a Economia da Cultura é um setor cada vez mais essencial para o desenvolvimento dos países, englobando as artes, o patrimônio e as indústrias relacionadas, especialmente aquelas voltadas para o suporte digital. Além disso, esse setor impulsiona o turismo cultural. Inegavelmente, a Economia da Cultura se destaca como o setor mais dinâmico e moderno da economia global, conforme evidenciam as taxas de crescimento, mesmo em períodos de crise, demandando uma reflexão mais aprofundada sobre seu papel no desenvolvimento econômico de um país.

Por fim, a análise do conjunto de dados sugere a necessidade de implementação de políticas públicas que visem aumentar a contribuição das indústrias criativas para a economia brasileira. Essas indústrias não apenas oferecem ocupações com níveis mais elevados de renda e educação, mas também possuem um efeito multiplicador na geração de emprego e renda. Além disso, é crucial que tais políticas sejam expandidas para outras regiões do país, que possuem potencial expressivo em termos de riqueza e diversidade cultural, contribuindo para diminuir a concentração regional das atividades econômicas.

2. A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

A cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de regiões em todo o mundo, e no Brasil, essa relação se manifesta de forma intensa e diversificada. Este capítulo busca explorar como as expressões culturais brasileiras influenciam o desenvolvimento regional, destacando as particularidades de cada localidade e como políticas públicas podem potencializar esses efeitos.

O Brasil é um país marcado por sua diversidade cultural, refletindo uma rica combinação de tradições indígenas, africanas e europeias. Essa pluralidade cultural não apenas molda a identidade dos grupos, mas também serve como um ativo econômico. Segundo o Ministério da Cultura (2006), a valorização da cultura local pode ser um motor para o desenvolvimento econômico, promovendo o turismo cultural e a atração de investimentos.

As expressões culturais, como festivais, danças, culinária e artesanato, tornam-se atrativos para o turismo, contribuindo para a geração de renda em diversas comunidades. Por exemplo, o Festival de Parintins, no Amazonas, não apenas promove a cultura local, mas também movimenta a economia regional, gerando emprego e renda para a população (Azevedo, 2015).

As indústrias criativas emergiram como um segmento vital no cenário econômico brasileiro. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2019), essas indústrias, que abrangem áreas como música, cinema, moda e design, têm o potencial de gerar emprego e estimular a inovação. A cultura, portanto, não é apenas um produto de consumo, mas um vetor de desenvolvimento econômico.

Regiões como São Paulo e Rio de Janeiro têm se destacado pela concentração de atividades culturais e criativas. O polo cultural de São Paulo, por exemplo, abriga uma diversidade de iniciativas artísticas e empreendimentos criativos que atraem tanto consumidores quanto investidores (Silva, 2020). A presença de eventos culturais, como a São Paulo Fashion Week, demonstra como a cultura pode impulsionar setores econômicos, contribuindo para o crescimento regional. Conforme destaca Moraes (2017), "as políticas de incentivo à cultura não apenas fomentam a produção artística, mas também criam um ambiente propício para o desenvolvimento econômico regional".

A atuação do Estado é crucial para o fortalecimento das relações entre cultura e desenvolvimento regional. Políticas públicas voltadas para a cultura, como leis de incentivo e

programas de financiamento, têm o potencial de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das indústrias criativas. A Lei Rouanet, por exemplo, permite que empresas e indivíduos deduzam do imposto de renda os valores investidos em projetos culturais, incentivando a produção cultural em todo o país (Moraes, 2017).

No entanto, é essencial que essas políticas sejam adaptadas às especificidades regionais. A cultura não se manifesta da mesma forma em todas as localidades, e a implementação de políticas descentralizadas pode maximizar o impacto positivo no desenvolvimento econômico local. O trabalho conjunto entre governo, setor privado e sociedade civil é fundamental para o sucesso dessas iniciativas.

Apesar dos avanços, o setor cultural enfrenta desafios significativos, que se acentuaram durante a pandemia de COVID-19. O isolamento social e as restrições impostas à realização de eventos impactaram profundamente as indústrias criativas, resultando em perdas financeiras significativas e fechamento de empresas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). As dificuldades de acesso a financiamento e a informalidade do setor cultural são questões que requerem atenção.

Além disso, a necessidade de digitalização e adaptação às novas formas de consumo cultural se tornou evidente. Eventos virtuais, plataformas de streaming e vendas online passaram a ser estratégias fundamentais para a sobrevivência de muitos artistas e empreendimentos culturais durante a pandemia (Oliveira, 2021).

A relação entre cultura e desenvolvimento regional no Brasil é complexa e multifacetada. As expressões culturais contribuem para a identidade local e têm um impacto significativo no desenvolvimento econômico das regiões. No entanto, os desafios enfrentados pelo setor, especialmente em tempos de crise, demandam políticas públicas robustas e adaptáveis que promovam a resiliência e a inovação nas indústrias criativas.

A pandemia trouxe à tona a importância de diversificar as formas de produção e consumo cultural, ressaltando a necessidade de um suporte contínuo para que o setor cultural possa não apenas sobreviver, mas também prosperar em um novo cenário econômico.

2.1 Desafios enfrentados pelo setor de Economia da Cultura durante a pandemia do COVID-19.

A pandemia da COVID-19 não apenas evidenciou as vulnerabilidades no campo cultural, mas também destacou as dificuldades de compreensão e reconhecimento político desse setor. O período de isolamento social e perda de renda levou a iniciativas criativas individuais ou coletivas por meio de plataformas sociais. Essa dinâmica reiterou a importância crucial da cultura na vida cotidiana do ser humano, ressaltando sua vitalidade. No entanto, também perpetuou uma compreensão equivocada das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área, bem como uma visão distorcida sobre a relação da atividade cultural com a falsa ideia de gratuidade.

Dentro deste cenário, uma iniciativa adotada por milhares de empresas ao redor do mundo foi importante para manter o trabalho funcionando mesmo neste período de crise: o teletrabalho. Porém, é crucial destacar que o trabalho remoto não foi e ainda não é uma opção viável para todos. A pandemia afetou toda a população, desde os mais abastados até os mais carentes, e para que o teletrabalho seja eficaz, vários elementos são essenciais, como acesso à internet, posse de um computador, condições de conforto e conhecimentos adequados, entre outros. No âmbito cultural, a socialização e o contato com o público são elementos importantes e constituem parte fundamental da essência artística (GOÉS, 2022).

O teletrabalho tornou-se uma parte integrante das políticas culturais públicas. Diversos elementos influenciam a dinâmica das tecnologias, oscilando entre o otimismo em relação às possibilidades criativas e à otimização do tempo, e o ceticismo relacionado às questões dos direitos trabalhistas (benefícios, carga horária, intensidade, separação entre trabalho e vida pessoal, remuneração etc.). O trabalho remoto, seja ele nômade, em telecentros ou em casa, implica mudanças nos negócios, nas estruturas organizacionais e na própria natureza do trabalho. No âmbito cultural, onde a organização se dá em torno de projetos ou modelos de negócios abertos, o teletrabalho assume condições distintas, mas ambas implicam mudanças significativas nos dinamismos setoriais.

Os efeitos da pandemia no âmbito cultural ainda estão por ser plenamente avaliados. No entanto, uma resposta significativa aos seus efeitos, especialmente em termos de políticas públicas, foi materializada pela Lei Aldir Blanc. Esta legislação reconheceu as fragilidades individuais, a informalidade prevalente no setor e a diversidade de formas organizacionais, abrangendo desde empreendimento capazes de acessar recursos no sistema financeiro até associações culturais que se beneficiaram de apoio financeiro direto.

Um estudo realizado pela Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape) em abril de 2020 revelou que 51,9% dos eventos programados foram cancelados, adiados ou enfrentavam incertezas, colocando em risco a empregabilidade de 580 mil profissionais da área. Especificamente no mercado da música em São Paulo, a suspensão de uma grande quantidade de eventos resultou em prejuízo estimado de R\$ 442 milhões. Em um levantamento nacional online conduzido entre março e julho, o Observatório da Economia Criativa da Bahia constatou que 65,8% das organizações tiveram que reduzir contratos, enquanto 50,2% precisaram realizar demissões. Por outra perspectiva, um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2020) estimou que a restrição nas despesas familiares relacionadas a atividades culturais fora do domicílio, causada pela pandemia, resultaria em uma perda aproximada de R\$ 11,1 bilhões no valor adicionado.

Os profissionais do setor artístico enfrentaram consideráveis impactos devido às restrições decorrentes da pandemia. Deste modo, é crucial destacar o agravamento das condições econômicas e o sofrimento psicológico acentuados pela ausência de políticas públicas efetivas e pela desvalorização da arte e da cultura, uma realidade que tem assolado esse campo nos últimos anos. O desespero foi intensificado pela percepção de falta de suporte do poder público, agravada pela lentidão e burocratização extrema dos processos de assistência a este setor tão importante.

Para amenizar os impactos desta crise, o governo federal estabeleceu a Lei Aldir Blanc (2020), um dos mais relevantes programas de auxílio financeiro ao segmento cultural. Com um montante total de R\$ 3 bilhões, essa legislação proporcionou um rendimento emergencial para profissionais da cultura e suporte financeiro para espaços culturais que não conseguiam gerar renda por conta das medidas de distanciamento social (GOVERNO DO BRASIL, 2020).

Adicionalmente, vários estados e cidades lançaram programas de suporte, como o ProAC em São Paulo, que ofereceu créditos de emergência para a área cultural. Contudo, mesmo com essas ações, a sensação de ausência de apoio eficaz e a morosidade nos trâmites burocráticos levaram a uma crise ainda mais intensa, resultando em uma queda significativa no rendimento das indústrias criativas. As ações tomadas não conseguiram cobrir as perdas e as vulnerabilidades estruturais do setor e os efeitos ainda são percebidos, sendo necessário implementar novas políticas públicas para atenuar esses impactos e consolidar a cultura nacional.

3. O IMPACTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS DESCENTRALIZADAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Nas últimas décadas, o papel da cultura no desenvolvimento econômico ganhou maior reconhecimento e visibilidade no Brasil, especialmente a partir dos anos 90, quando houve uma crescente conscientização sobre o potencial da cultura como vetor estratégico de desenvolvimento. Nesse contexto, políticas públicas voltadas à descentralização cultural emergiram como ferramentas essenciais para promover o desenvolvimento regional, reduzir desigualdades e gerar novas oportunidades econômicas em diversas áreas do país.

A cultura passou a ser tratada não apenas como um meio de expressão artística ou de preservação do patrimônio imaterial, mas também como uma indústria capaz de gerar emprego, renda e movimentar a economia local. As políticas descentralizadas tiveram um papel crucial nesse processo, pois contribuíram para democratizar o acesso aos recursos culturais, impulsionar o empreendedorismo local e fortalecer as identidades regionais.

O processo de descentralização das políticas culturais no Brasil teve início com a criação de programas que buscavam redistribuir os recursos e oportunidades de fomento cultural para além dos grandes centros urbanos. A Lei Rouanet, implementada em 1991, foi uma das primeiras iniciativas a oferecer incentivos fiscais para o setor cultural, permitindo que empresas privadas investissem em projetos culturais e, em contrapartida, deduzissem parte desses valores no Imposto de Renda.

As leis estaduais de estímulo à cultura, estabelecidas após a Lei Rouanet, visam valorizar e fomentar a cultura local, possibilitando que as empresas destinem uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o apoio a projetos culturais. O Programa de Ação Cultural (ProAC), estabelecido em São Paulo pela Lei no 12.268 de 2006, é reconhecido como um dos primeiros e mais sólidos instrumentos estaduais de estímulo. O objetivo do ProAC é fomentar a produção cultural em vários campos, incluindo literatura, artes visuais, artes cênicas, música, patrimônio e artes integradas, promovendo trabalho e consolidando a economia criativa no estado.

Todos os anos, o programa disponibiliza um espaço para que empresas e indivíduos apresentem seus projetos, disponibilizando uma quantidade considerável de recursos. Por exemplo, em 2024, o ProAC alocou aproximadamente R\$ 100 milhões para fomentar a produção cultural no estado. Contudo, mesmo com seu êxito, a ênfase no estado de São Paulo

evidencia a necessidade de uma maior descentralização das políticas culturais. Para garantir o apoio às expressões culturais de outras áreas do Brasil, é crucial estabelecer mecanismos similares em outros estados, fomentando um crescimento cultural mais harmonioso e inclusivo em todo o país.

Conforme destacado por Rubim (2013), essa lei, embora tenha contribuído significativamente para o crescimento da produção cultural no Brasil, enfrentou críticas pela sua concentração geográfica dos investimentos. Entre 1995 e 2019, mais de 80% dos projetos culturais financiados pela Lei Rouanet estavam concentrados nas regiões Sudeste e Sul do país, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa distribuição desigual gerou uma série de demandas por uma política cultural mais inclusiva e acessível às demais regiões, levando ao surgimento de novas iniciativas voltadas à descentralização dos recursos culturais.

Diante dessa realidade, o **Programa Cultura Viva**, lançado em 2004, representou um avanço importante na democratização dos recursos culturais no Brasil. Por meio da criação dos **Pontos de Cultura**, o programa buscou incentivar a produção cultural em comunidades periféricas, pequenas cidades e áreas rurais, onde o acesso às oportunidades culturais era limitado. De acordo com o relatório da UNESCO (2013), os Pontos de Cultura atuaram como núcleos de criação, formação e difusão cultural em mais de mil municípios brasileiros, abrangendo as cinco regiões do país. Esses pontos foram responsáveis por promover a cultura local e tradicional, fortalecer a economia criativa nas regiões atendidas e incentivar a inclusão social por meio da participação comunitária. O impacto econômico dessas ações foi indiscutível, pois contribuíram para a geração de renda direta e indireta, além de fortalecer o turismo cultural e a identidade local.

A economia da cultura em regiões fora do eixo Rio-São Paulo começou a ganhar relevância e a demonstrar seu potencial econômico, principalmente nas áreas que já possuíam tradições culturais fortes, como as festas populares, as manifestações artísticas e as expressões folclóricas. O estado de Pernambuco, por exemplo, destaca-se nesse cenário com o desenvolvimento do **Porto Digital** e a promoção de eventos como o **Carnaval de Olinda** e o **Festival de Inverno de Garanhuns**.

De acordo com dados da **Fundação Joaquim Nabuco** (2017), o impacto econômico do **Carnaval de Olinda** gerou aproximadamente **R\$ 240 milhões** em receitas em 2017, com a movimentação de setores ligados ao turismo, hospedagem, gastronomia e comércio. Além disso, o **Festival de Inverno de Garanhuns**, considerado um dos maiores festivais de cultura

do Nordeste, foi responsável pela geração de mais de 6 mil empregos temporários e um incremento de **R\$ 40 milhões** na economia local em 2019.

Esses exemplos demonstram como as políticas culturais descentralizadas podem ser ferramentas eficazes de desenvolvimento econômico, particularmente em regiões com elevado potencial turístico e cultural. A descentralização permite que estados e municípios desenvolvam suas próprias identidades culturais e explorem suas particularidades como atrativos econômicos.

No estado da Bahia, a tradição cultural também se reflete diretamente na economia. Eventos como o **Carnaval de Salvador** movimentam bilhões de reais anualmente. Em 2019, o Carnaval baiano gerou uma receita de **R\$ 1,8 bilhão**, de acordo com a **Secretaria de Cultura da Bahia** (SECULT). O evento, além de atrair milhões de turistas, fortalece a economia local em áreas como hotelaria, alimentação, transporte e serviços, promovendo o desenvolvimento econômico em diversas camadas sociais.

No entanto, um dos grandes desafios enfrentados pelas políticas culturais descentralizadas é a desigualdade de infraestrutura e acesso a recursos. Como apontam Santos e Costa (2020), muitas regiões fora dos grandes centros ainda carecem de espaços adequados para a produção e difusão de cultura, como teatros, cinemas, centros culturais e museus. A falta de investimentos estruturais limita o alcance das políticas públicas e impede que muitas comunidades possam se beneficiar plenamente dos potenciais econômicos que a cultura pode proporcionar. Mesmo em estados que se destacam pelo fomento cultural, como Pernambuco e Bahia, há uma disparidade considerável entre as capitais e os municípios do interior, tanto em termos de recursos quanto de visibilidade cultural.

Outro obstáculo relevante é a dificuldade em avaliar de maneira precisa o impacto econômico das iniciativas culturais descentralizadas. A ausência de dados sistematizados e de estudos nacionais que abrangem o impacto econômico da cultura em pequenas e médias cidades dificulta o planejamento e a continuidade de políticas culturais descentralizadas mais eficazes. Segundo Santos e Costa (2020), enquanto iniciativas de mapeamento como a **FIRJAN** oferecem informações detalhadas sobre o impacto da economia criativa nas regiões Sudeste e Sul, há uma lacuna considerável no que diz respeito às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa falta de informações prejudica a tomada de decisões baseadas em evidências, tanto no setor público quanto no privado, e limita o desenvolvimento de estratégias culturais mais inclusivas.

De acordo com estudo da FIRJAN (2018), 75% dos municípios brasileiros não possuem cinemas, teatros ou museus, o que demonstra uma lacuna significativa na distribuição de espaços culturais. Sem acesso a esses recursos, muitos projetos culturais nas regiões periféricas enfrentam dificuldades para alcançar o público, limitando o potencial econômico da cultura nessas áreas. A falta de uma política cultural integrada e que considere as especificidades regionais agrava esse cenário, dificultando a exploração plena das potencialidades culturais como motores econômicos.

Para mitigar essas disparidades, iniciativas como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) precisam ser reforçadas, adaptando-se a uma lógica de incentivo mais regionalizada. Isso poderia incluir, por exemplo, a criação de fundos culturais específicos para municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fomentando a cultura local como estratégia de desenvolvimento socioeconômico. O fortalecimento das secretarias estaduais e municipais de cultura, por meio da alocação de recursos mais equitativa e da formação técnica de gestores culturais, também seria um passo crucial para expandir a abrangência e eficácia dessas políticas.

Neste cenário, o avanço das tecnologias digitais abre novas oportunidades para a descentralização da cultura no Brasil. A **economia digital** tem desempenhado um papel crescente na democratização do acesso à produção e consumo de bens culturais, permitindo que artistas, produtores e empreendedores culturais de regiões periféricas alcancem uma audiência global sem a necessidade de intermediários tradicionais. Plataformas de streaming, como **Spotify**, **Netflix** e **YouTube**, têm sido ferramentas fundamentais para o fortalecimento de produtores culturais independentes em todo o país.

Segundo o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2019), a economia digital global movimentou US\$ 2,9 trilhões em 2019, e o Brasil foi o maior mercado da América Latina, representando 42% do setor criativo digital da região.

A música brasileira, em particular, tem se beneficiado enormemente dessas novas plataformas, permitindo que artistas fora do eixo tradicional tenham visibilidade internacional. A ascensão de gêneros musicais como o funk e o brega-funk, com raízes nas periferias do Rio de Janeiro e de Recife, respectivamente, é um exemplo claro de como a descentralização da cultura também pode ocorrer no âmbito digital. De acordo com dados da **Pro-Música Brasil**

(2020), o mercado digital de música gerou uma receita de **R\$ 960 milhões** no Brasil em 2019, representando **62% da receita total da indústria fonográfica**.

Portanto, as políticas culturais descentralizadas, embora enfrentem desafios consideráveis, têm demonstrado seu valor econômico e social, especialmente nas regiões menos favorecidas economicamente. Com o suporte adequado, essas políticas têm o potencial de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável no Brasil.

O reconhecimento da cultura como um fator estratégico de desenvolvimento é essencial para que o país possa não apenas valorizar sua diversidade cultural, mas também promover uma economia mais justa e diversificada. A continuidade e aprimoramento dessas políticas, aliadas ao uso de novas tecnologias digitais, podem fortalecer ainda mais o papel da cultura como motor de desenvolvimento, gerando oportunidades para todos os brasileiros, independentemente de sua localização geográfica.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender a relevância crescente da Economia da Cultura no cenário do desenvolvimento econômico brasileiro desde os anos 1990. A partir de uma abordagem histórica, conceitual e empírica, verificou-se que a cultura, além de seu valor simbólico e identitário, apresenta-se como um setor estratégico para a geração de emprego, renda, inovação e inclusão social. Ao integrar aspectos econômicos e sociais, a Economia da Cultura revela um potencial transformador que ainda está longe de ser plenamente explorado no Brasil.

A consolidação das chamadas indústrias criativas como segmento econômico relevante evidencia que a criatividade e a diversidade cultural não apenas enriquecem o imaginário coletivo, mas também movimentam cadeias produtivas robustas, com impacto direto no Produto Interno Bruto (PIB) e na empregabilidade. A cultura, portanto, deixa de ser percebida apenas como consumo de lazer ou entretenimento e passa a figurar como um ativo estratégico de desenvolvimento, sobretudo em contextos de inovação, globalização e valorização das identidades locais.

Contudo, apesar de seu crescimento expressivo, o setor ainda enfrenta obstáculos significativos. As desigualdades regionais, a falta de infraestrutura cultural em áreas periféricas e a concentração dos investimentos nas grandes capitais comprometem o acesso equitativo às oportunidades e inibem o florescimento de ecossistemas criativos fora dos centros tradicionais. Essa assimetria evidencia a urgência de políticas públicas descentralizadas, que contemplem as especificidades locais e possibilitem o desenvolvimento cultural sustentável em todas as regiões do país.

O estudo também evidenciou que o fortalecimento da Economia da Cultura está diretamente relacionado à atuação do Estado. Experiências como os Pontos de Cultura e o Plano Nacional de Cultura (PNC) mostraram-se fundamentais para a democratização do acesso, mas ainda carecem de continuidade, recursos e integração sistêmica. A instabilidade institucional do Ministério da Cultura e a desvalorização das políticas culturais nos últimos anos têm representado um retrocesso preocupante, com reflexos diretos na produção artística e na economia do setor.

A pandemia da COVID-19, por sua vez, revelou fragilidades já existentes e impôs desafios sem precedentes para o setor cultural. O fechamento de espaços, o cancelamento de eventos e a perda de renda para trabalhadores da cultura expuseram a ausência de políticas

emergenciais eficazes. A criação da Lei Aldir Blanc representou uma resposta positiva do Estado, mas sua execução enfrentou entraves burocráticos que dificultaram o acesso de muitos agentes culturais ao benefício. Por outro lado, a digitalização forçada da cultura trouxe novas possibilidades e, ao mesmo tempo, ampliou as desigualdades digitais.

Nesse sentido, a valorização da cultura como pilar de desenvolvimento exige mais do que reconhecimento simbólico: demanda investimentos constantes, planejamento de longo prazo e articulação entre diferentes esferas de governo. O papel das universidades, centros de pesquisa, instituições culturais e da própria sociedade civil é fundamental na construção de uma agenda pública que considere a cultura como prioridade nacional.

É imprescindível, também, ampliar os estudos e as estatísticas sobre a Economia da Cultura, para que seja possível formular políticas públicas baseadas em evidências e mensurar com mais precisão os impactos econômicos e sociais do setor. A falta de dados atualizados, especialmente fora do eixo Sul-Sudeste, compromete o planejamento e enfraquece a elaboração de estratégias efetivas de desenvolvimento cultural.

Além disso, destaca-se a importância da educação e formação profissional voltadas para as áreas culturais e criativas, como forma de preparar os trabalhadores para os novos modelos de produção, especialmente no ambiente digital. Investir em capacitação técnica, empreendedorismo criativo e gestão cultural pode contribuir para a formalização do setor e para a valorização dos profissionais da cultura, que frequentemente atuam em condições precárias e sem proteção social.

O Brasil possui um dos maiores patrimônios culturais do mundo. Essa riqueza, no entanto, ainda não se traduz em retorno proporcional em termos de desenvolvimento econômico e social. A cultura brasileira é viva, pulsante e diversa, mas precisa de instrumentos institucionais que a reconheçam como motor de transformação e não apenas como expressão simbólica. A Economia da Cultura é, portanto, uma ponte entre tradição e inovação, entre identidade e prosperidade.

Assim, conclui-se que a Economia da Cultura deve ser entendida e tratada como política de Estado, com visão estratégica, planejamento intersetorial e compromisso com a inclusão. As potencialidades estão dadas: cabe ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade civil assumir a responsabilidade de impulsionar esse setor. Somente com um ambiente favorável, com financiamento adequado, gestão eficiente e participação social, será possível consolidar

um modelo de desenvolvimento que coloque a cultura no centro das soluções para os desafios econômicos, sociais e ambientais do país.

A partir dessa reflexão, esta monografia reafirma que investir em cultura não é um luxo, mas uma necessidade para um país que busca justiça social, diversidade e crescimento sustentável. A Economia da Cultura representa uma das maiores oportunidades contemporâneas de aliar criatividade e desenvolvimento, e o Brasil, com sua enorme riqueza simbólica, tem tudo para liderar esse movimento — desde que saiba reconhecer, valorizar e apostar de forma contínua em seu potencial criativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, R. F. Cultura e Desenvolvimento: O Caso do Festival de Parintins. *Revista Brasileira de Política Cultural*, v. 3, n. 1, p. 45-58, 2015.

BAUMOL, W. J.; BOWEN, W. G. *Performing arts: The economic dilemma*. Cambridge: MIT Press, 1966.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, 2007.

BRASIL. **Ministério da Cultura**. Política Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

BRASIL. **Ministério da Cultura**. Estudo mostra que PIB da cultura supera o da indústria automobilística. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-mostra-que-pib-da-cultura-supera-o-da-industria-automobilistica>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRITISH COUNCIL. *Mapping the creative industries: the UK context*. London, out. 2005a. 15 p.

DCMS (Department of Culture, Media & Sports). *Creative industries mapping documents 1998*. London, 1998. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>. Acesso em: 29 mai. 2024.

FERNANDES, M. L. *A cultura como motor econômico: análise das políticas culturais no Brasil e seus efeitos locais*. Cadernos de Economia e Cultura, v. 12, n. 3, p. 100-115, 2019.

FIRJAN. A cadeia da indústria criativa no Brasil. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.firjan.com.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES, Geraldo et al. *O setor cultural na pandemia: o teletrabalho e a Lei Aldir Blanc*. 2022.

GOVERNO DO BRASIL. **Lei Aldir Blanc**: um marco para a cultura brasileira. Brasília: Ministério da Cultura, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira>. Acesso em: 29 mai. 2025.

GUIMARÃES, Paulo R.; MENDONÇA, Maria Cristina C.; DWECK, Esther; MATTOS, Enid A. Efeitos da Covid-19 na economia da cultura. *Nota Técnica – Cedeplar/UFMG*, abr. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisadores-da-ufmg-publicam-nota-tecnica-sobre-efeitos-da-covid-19-na-economia-da-cultura>. Acesso em: 28 mai. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Impactos da pandemia na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INcentiv.me. PROAC-SP: Como funciona o Programa de Ação Cultural em 2024. 2024. Disponível em: <https://incentiv.me/blog/2024/08/19/proac-sp/>. Acesso em: 27 mai. 2025.

ITAU CULTURAL. PIB da economia da cultura e das indústrias criativas: a importância da cultura e da criatividade para o produto interno bruto brasileiro. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/pib-da-economia-da-cultura-e-das-industrias-criativas-a-importancia-da-cultura-e-da-criatividade-para-o-produto-interno-bruto-brasileiro>. Acesso em: 04 abr. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Ana et al. *Efeitos da Covid-19 na Economia da Cultura no Brasil*. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 53, n. 1, p. 124-136, 2022.

MACHADO, Rosi. *Da indústria cultural à economia criativa*. *Revista Alceu*, v. 9, n. 18, p. 83-95, 2009.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Territórios criativos** passam a ser elegíveis em financiamentos oriundos dos incentivos fiscais da Lei Rouanet. Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/territorios-criativos-passam-a-ser-elegiveis-em-financiamentos-oriundos-dos-incentivos-fiscais-da-lei-rouanet>. Acesso em: 27 mai. 2025.

MORAES, M. *A Lei Rouanet e seus impactos no setor cultural brasileiro*. *Estudos de Economia*, v. 7, n. 2, p. 93-112, 2017.

OLIVEIRA, João; ARAÚJO, Bruno César Pino Oliveira de; SILVA, Leandro Valério. *Panorama da economia criativa no Brasil*. 2013.

OLIVEIRA, L. *A digitalização da cultura na pandemia: desafios e perspectivas*. *Cadernos de Sociologia*, v. 10, n. 2, p. 215-230, 2021.

POZZER, Márcio. *México e a constituição da política de patrimônio cultural em museus ao longo do século XX*. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 35, n. 2, p. 114-136, 2017.

PUGA, Fernando; CASTRO, Lavínia Barros de. *Visão 2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta*. 2018.

PWC – Pricewaterhouse Coopers. *Global entertainment and media outlook 2017-2021*. 2017. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/outlook/2017/pwcoutlook201ffull-050917-lo2.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2024.

REIS, Ana. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Economia da cultura: perspectivas para o desenvolvimento brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2013.

SALLES, Renata de Leorne. *Economia criativa: uma estratégia de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte*. *Cadernos Metrópole*, v. 24, p. 721-738, 2022.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. *Carnaval de Salvador movimenta R\$ 1,8 bilhão na economia local*. 2024. Disponível em: <https://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, J. *Cultura e economia: O caso de São Paulo*. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, p. 87-102, 2020.

SILVA, Ricardo Jorge; COSTA, Luana Ferreira. *Economia criativa: conceitos, impactos e tendências*. *Revista Brasileira de Economia Criativa*, v. 6, n. 2, p. 45-61, 2020.

SANTOS, Ricardo Jorge; COSTA, Luana Ferreira. *Economia criativa: conceitos, impactos e tendências*. *Revista Brasileira de Economia Criativa*, v. 6, n. 2, p. 45-61, 2020.

THROSBY, David. *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNCTAD. *Creative economy outlook: trends in international trade in creative industries 2002–2015*. Country profiles: 2005–2014. Genebra: UNCTAD, 2018. Disponível em: <https://unctad.org/publication/creative-economy-outlook-2018>. Acesso em: 20 out. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Understanding creative industries: cultural statistics for public-policy making*. Paris: UNESCO, 2006.